



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE JUNHO

Julho 2023

ÍNDICE

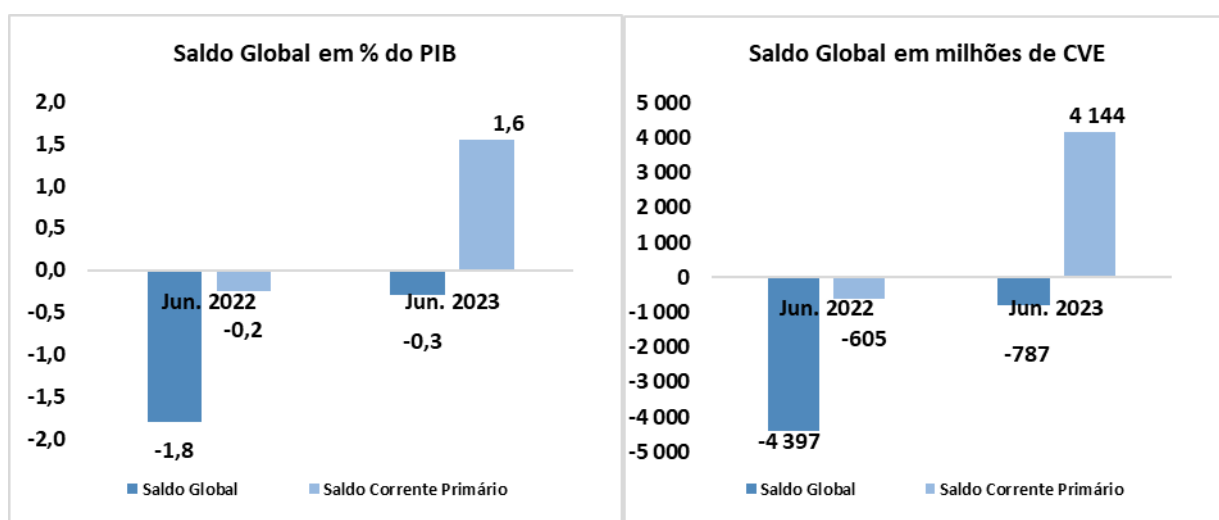
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	12
3.3.	Por Tipo de Financiamento	13
4.	Dívida Pública	14

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global provisório, em junho de 2023, foi negativo em 787,1 milhões de CVE, traduzindo-se num deficit de 0,3% do PIB¹. Esse resultado reflete uma melhoria de 1,5 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 1,8 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 1,6%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, mas também da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em junho de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 23,1% (+5.538,5 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 4,3% (+1.165,2 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com aquisições de bens e serviços, juros correntes, subsídios e transferências;
- do acréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 75,1% (+764,2 milhões de CVE), relativamente ao período homólogo do ano transato.

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasings* do PIB, base 2015.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Jun	Orç. Inicial	Jun		
1. Total Receitas	58 196	23 967	64 238	29 506	45,9	23,1
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	23 438	58 230	28 296	48,6	20,7
Impostos	41 184	20 478	44 350	24 716	55,7	20,7
Segurança Social	71	33	71	36	50,9	10,4
Transferências (donativos)	3 982	529	6 009	1 209	20,1	128,7
Corrente	2 820	473	2 970	1 013	34,1	114,1
Capital	1 162	56	3 038	196	6,5	250,7
Outras Receitas	12 960	2 928	13 808	3 545	25,7	21,1
2. Total Despesas	62 112	27 346	66 108	28 511	43,1	4,3
Despesas com Pessoal	24 326	11 060	24 581	10 560	43,0	-4,5
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	4 159	14 765	4 921	33,3	18,3
Juros Correntes	5 541	2 725	5 877	3 169	53,9	16,3
Subsídios	1 008	712	2 022	1 330	65,8	86,9
Transferências	6 663	2 455	6 502	2 697	41,5	9,8
Corrente	6 097	2 350	5 899	2 520	42,7	7,3
Capital	566	105	604	176	29,2	67,9
Benefícios Sociais	8 316	4 179	9 143	4 657	50,9	11,4
Outras despesas correntes	3 868	1 341	3 218	724	22,5	-46,0
Valor a regularizar	0	716	0	453	-	-36,8
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-3 379	-1 869	995	-53,2	-129,4
4. Ativos não Financeiros	10 217	1 018	11 156	1 782	16,0	75,1
Compra ativos não financeiros	10 625	1 387	11 904	1 873	15,7	35,1
Venda ativos não financeiros	408	369	747	91	12,2	-75,4
5. Global Global (1-2-4)	-14 134	-4 397	-13 026	-787,1	6,0	-82,1
Saldo global (em percentagem do PIB)	-5,8	-1,8	-4,9	-0,3	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	-605	1 573	4 144	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,4	-0,2	0,6	1,6	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-1 672	-7 149	2 382	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,5	-0,7	-2,7	0,9	-	-
6. Financiamento	14 134	3 992	13 026	887	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	1 525	1 955	1 661	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	23	194	50	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	-203	-1 851	-47	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	-951	-2 200	-1 366	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	2 656	3 685	3 023	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	2 467	11 071	2 249	-	-
 Interno líquido	11 412	3 576	6 641	1 785	-	-
Sistema bancário	11 597	3 229	6 828	255	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-57	-187	-44	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BC	0	71	0	249	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	0	-763	0	-1 029	-	-
Outras operações de tesouraria	0	-2 227	0	-387	-	-
Sistema não bancário	0	3 323	0	-282	-	-
 Externo líquido	7 085	-1 109	4 430	464	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	2 986	15 013	5 591	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-4 095	-10 606	-5 126	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-405	0	99	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até junho de 2023 cifraram-se em 29.596,3 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 21,6%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023			
	Orç. Inicial	Jun	Orç. Inicial	Jun	Grau Exec	Tax. Hom
Impostos	41 184	20 478	44 350	24 716	55,7	20,7
Imposto único sobre rendimentos	11 230	4 591	10 968	6 106	55,7	33,0
IR-PS	6 799	3 048	6 923	3 136	45,3	2,9
IR-PC	4 431	1 544	4 045	2 970	73,4	92,4
Outros impostos directos	649	246	165	337	204,4	36,9
Tributo Especial Unificado - TEU	617	246	132	337	255,0	37,0
Taxa de Incêndio	31	1	33	0	1,4	-11,7
Imposto sobre bens e serviços	20 129	10 561	23 037	12 846	55,8	21,6
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	8 157	17 939	10 079	56,2	23,6
IVA DGA	8 934	4 934	9 551	5 177	54,2	4,9
IVA DGCI	6 892	3 223	8 389	4 901	58,4	52,1
Imposto consumo especial	2 477	1 442	2 605	1 478	56,7	2,5
Taxa de Tabaco	323	145	470	183	38,9	26,5
Contribuição turística	475	349	946	638	67,4	82,5
Taxa ecológica	728	329	756	325	43,0	-1,2
Taxa estatística aduaneira	300	138	320	144	44,9	4,0
Impostos sobre transações internacionais	8 407	4 700	9 351	5 001	53,5	6,4
Direitos de importação	8 067	4 503	8 991	4 781	53,2	6,2
Taxa comunitaria CEDEAO	340	197	360	219	60,9	11,2
Outros impostos	769	379	829	425	51,3	12,2
Imposto de selo	719	357	769	399,7	52,0	12,1
Imposto especial sobre jogos	50	23	60	26	42,4	13,7
Segurança Social	71	33	71	36	50,9	10,4
Contribuições para a segurança social	0	33	0	36	-	10,5
Outras Contribuições	0	0	1	0	50,2	7,4
Transferências	3 982	529	6 009	1 209	20,1	128,7
De Governos Estrangeiros	3 378	279	5 225	953	18,2	241,9
Ajuda Orçamental	825	0	849	110	13,0	-
Ajuda Alimentar	300	56	98	78	78,9	38,8
Donativos directos	2 253	223	4 278	765	17,9	243,5
De Organizações Internacionais	80	79	302	66	21,7	-17,0
Das Administrações Públicas	523	171	481	190	39,5	11,3
Outras Receitas	12 960	2 928	13 808	3 545	25,7	21,1
Rendimentos de propriedade	5 444	162	5 562	351	6,3	115,9
Venda de bens e serviços	5 957	2 514	6 716	2 801	41,7	11,4
Multas e outras penalidades	342	112	361	215	59,5	92,1
Outras transferências	337	60	391	81	20,7	35,1
Outras receitas diversas e não especificadas	880	79	778	97	12,5	23,0
Receitas	58 196	23 967	64 238	29 506	45,9	23,1
Ativos e Passivos	408	369	747	91	12,2	-75,4
Ativos não Financeiros	408	369	747	91	12,2	-75,4
TOTAL RECEITAS	58 604	24 336	64 986	29 596	45,5	21,6

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até junho de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 29.506,3 milhões de CVE, registando um acréscimo de 23,1%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+33,2%), dos impostos indiretos (+16,8%), segurança social (+10,4%), outras receitas (+21,1%) e das transferências (+128,7%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 33,2% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 3.136,1 milhões de CVE, registando uma ligeira evolução positiva, em termos homólogos, de 88,3 milhões de CVE (+2,9%), resultante da evolução positiva das categorias A, B, C e E, em 8,4%, 3,9%, 3,0% e 4,1%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que, à exceção da categoria A, as demais categorias não atingiram os montantes previstos para o período.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 2.970,3 milhões de CVE, dos quais, 2.013,7 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 956,6 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 1.426,7 milhões de CVE (+91,8%). A performance de arrecadação resulta do aumento exponencial da cobrança tanto em sede do imposto sobre lucro, como em sede do fracionado de março.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 336,8 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 91,0 milhões de CVE comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo dinamismo da atividade económica e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 32,7 milhões de CVE.
- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de junho com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 16,8% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 10.078,5 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 1.921,5 milhões de CVE (+23,6%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 4,9% (+243,0 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 52,1% (+1.678,5 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente nos setores de alojamento e restauração (+1.123,5 milhões de CVE), do comércio por grosso e a retalho (+166,4 milhões de CVE) e das indústrias criativas (+106,1 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 10,0 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.673 em 2022 para 1.897 em 2023.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 637,5 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 288,2 milhões de CVE, o que reflete o aumento substancial da procura turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 6,4% (+300,3 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2022, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 6,2% (+278,2 milhões de CV), justificado pelo aumento do valor da importação, e também verificou-se um aumento na arrecadação da Taxa Comunitária CEDEAO de 11,2% (+22,1 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto totalizou o montante de 399,7 milhões de CVE, dos quais 236,9 milhões de CVE provenientes das operações financeiras e 137,3 milhões de CVE dos atos jurídicos documentados, registando um acréscimo de 43,1 milhões de CVE (+12,1%) face ao período homólogo anterior e de 35,9 milhões de CVE (+9,9%) quando comparado com a cobrança prevista para o período.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 25,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 13,7% face ao período homólogo.

- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 183,0 milhões de CVE correspondente a um aumento de 26,5% (+38,3 milhões de CVE) quando comparado ao período homólogo, em face ao agravamento de taxas.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 143,7 milhões de CVE correspondente a um incremento 5,5 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.209,1 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 128,7% (+680,4 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2022. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +674,5 milhões de CVE, justificado pela entrada da ajuda orçamental do Luxemburgo, ajuda alimentar e donativos diretos, pela diminuição das transferências de organizações internacionais em -13,4 milhões de CVE, bem como nas transferências às administrações públicas em +19,4 milhões de CVE.

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 21,1% (+616,9 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Venda de bens e serviços (+11,4%; +286,6 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais; dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal;
- Multas e outras penalidades (+92,1%; +102,9 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.
- Outras receitas diversas e não especificadas (+23,0%, +18,1 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas de totoloto e de outras receitas não especificadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em junho de 2023, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 75,4% (-277,8 milhões de CVE) comparativamente a junho de 2022, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em junho de 2023, atingiram os 30.383,5 milhões de CVE, registando um acréscimo de 5,7% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2022		2023			
	Orç. Inicial	Jun	Orç. Inicial	Jun	Grau Exec.	Tax. Hom
Despesas com Pessoal	24 326	11 060	24 581	10 560	43,0	-4,5
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	9 986	22 414	9 857	44,0	-1,3
Segurança Social	2 120	1 074	2 167	703	32,4	-34,5
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	4 159	14 765	4 921	33,3	18,3
Juros Correntes	5 541	2 725	5 877	3 169	53,9	16,3
Dívida interna	3 413	1 634	2 315	1 659	71,7	1,5
Dívida externa	2 052	1 079	3 486	1 469	42,1	36,2
Outros encargos	76	12	77	41	53,5	230,0
Subsídios	1 008	712	2 022	1 330	65,8	86,9
Transferências Correntes	6 663	2 455	6 502	2 697	41,5	9,8
Governos Estrangeiros	504	66	598	106	17,7	60,5
Organismos Internacionais	472	12	474	19	3,9	58,3
Administração Pública	5 687	2 377	5 431	2 572	47,4	8,2
Benefícios Sociais	8 316	4 179	9 143	4 657	50,9	11,4
Outras Despesas Correntes	3 868	1 341	3 218	724	22,5	-46,0
Valor a regularizar	0	716	0	453	0,0	-36,8
Despesas	62 112	27 346	66 108	28 511	43,1	4,3
Ativos e Passivos	10 625	1 387	11 904	1 873	15,7	35,1
Ativos não Financeiros	10 625	1 387	11 904	1 873	15,7	35,1
TOTAL DESPESAS	72 737	28 733	78 012	30 383	38,9	5,7

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF

3.2. Despesas

A 30 de junho de 2023, as despesas executadas totalizaram o montante de 28.510,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 4,3% em relação ao executado em 2022. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+18,3%), Subsídios (+86,9%), Juros correntes (+16,3%), Transferências (+9,8%), Benefícios Sociais (+11,4%) e conjugado com a diminuição das Despesa com o pessoal (-4,5%) e Outras Despesas (-46,0%), conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um decréscimo na ordem dos 4,5% (499,8 milhões de CVE), decorrente essencialmente de despesas:
 - i. Contribuição para Segurança Social (-373,5 milhões de CVE), justificado pelo atraso no processamento de pagamento das contribuições, na decorrência da implementação do novo sistema de envio da FOS (folha ordenado e salário);
 - ii. Pessoal do quadro (-140,8 milhões de CVE), derivado (i) da mudança de regime do pessoal do quadro para aposentação; (ii) da demora na tramitação dos processos de concursos públicos; e (iii) da progressão e promoção de funcionários de DNRE, que ocorreram em 2022, conforme o B.O nº 16 de II série de 2 de fevereiro 2022.
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 18,3% (+762,7 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - residentes em 87,2% (+508,9 milhões de CVE), com realce ao contrato para o fornecimento de bens e serviços, no âmbito da implementação dos seguintes projetos: “Sistema integrado de controlo de fronteiras”; “Harmonização e melhoria das estatísticas na África Ocidental”; destacando o pagamento do IV Inquérito das despesas e receitas familiares; “Preparação e resposta a Covid-19” realçando a aquisição de 5000 kits teste SARS-COV-2; “Garantia da Assistência Judiciária” e “Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul em Cabo Verde/ UGPE”;

- ii. “Deslocação e Estadas” em 33,0% (+115,8 milhões de CVE), registando uma maior execução, em termos absolutos, na Presidência da República, no ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, no Gabinete do Primeiro Ministro, na Assembleia Nacional, nos ministérios da Agricultura e Ambiente, do Turismo e Transportes e no Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto;
 - iii. Assistência técnica - não residente em 21,3% (+75,9 milhões de CVE), no âmbito do serviço prestado ao setor da Justiça (SNIAC), referente a produção personalizada e envio do CNI (Cartão Nacional de Identificação), do PEC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e do TRE (Título de Residência Estrangeiro), com os recursos consignados do Cofre Geral da Justiça, da preparação dos projetos Cabo Verde Digital e Restruturação do setor Empresarial do Estado.
- A despesa com os juros registou um acréscimo de 16,3% (+443,9 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 36,2% (+390,0 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
 - Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 86,9% (+618,2 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e do pagamento da indemnização compensatória pelas imposições de serviço público de transporte marítimo inter-ilhas;
 - Os “Benefícios Sociais” aumentaram 11,4% (+447,9 milhões de CVE), justificado essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 8,6% (+228,3

milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 14,8% (+25,1 milhões de CVE) bem como a rubrica outros benefícios sociais em numerário em 56,4% (+98,8 milhões de CVE);

- As “Transferências Correntes” tiveram um agravamento de 9,8% (+241,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica outras transferências correntes em +83,9% (+31,3 milhões de CVE), no âmbito do financiamento de receitas consignadas do Fundo Nacional do Ambiente, para aquisição e instalação de dessalinizadora para Santiago e Boavista;
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 46,0% (-616,9 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pelo atraso na publicação das listas dos beneficiários das bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, bem como a diminuição da rubrica Organizações não Governamentais em 360,4 milhões de CVE (no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, maio 2021 e outubro 2021 respetivamente).

O valor da despesa por regularizar, em junho situou-se na ordem dos 453,0 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Missões Diplomáticas e Serviços Consulares e à Comissão Nacional de Eleições, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 1.872,9 milhões de CVE, registando uma variação positiva em termos absolutos, de 486,4 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Terminal de Cruzeiros” com a execução de 525,4 milhões de CVE; “Programa de reabilitação, requalificação urbana e acessibilidades” em 450,0 milhões de CVE; “Aquisição de bens e serviços” com uma execução de 152,3 milhões de CVE; “Sistema de transmissão e distribuição de energia em CV 6 ilhas” em 96,4 milhões de CVE; “Construção da nova escola da Várzea” em 86,3 milhões de CVE; “Ampliação do centro de saúde de Boa Vista” com uma execução de 35,4

milhões de CVE; “Sistema de produção e distribuição de água em Santiago” em 25,6 milhões de CVE; “Implementação de políticas e promoção do desenvolvimento rural” com uma execução de 23,1 milhões de CVE; “Eletrificação rural Santiago” em 22,3 milhões de CVE; “Centro de artesanato de São Vicente” com uma execução de 22,0 milhões de CVE; “Resiliência do setor agrário com as mudanças climáticas em CV” em 21,6 milhões de CVE; “Funcionamento_Hospital Central Agostinho Neto” em 21,5 milhões de CVE; “Construção e reabilitação de infraestrutura desportivas” em 20,4 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 93,5% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 6,5% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os Donativos, na modalidade de ajuda a projetos diretos, totalizaram o montante de 666,3 milhões de CVE, equivalente a 33,6% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maior execução, o Luxemburgo com 182,6 milhões de CVE, o P.N.U.D com 71,0 milhões de CVE, o Portugal com 59,2 milhões de CVE, o Global Environment Fund com 46,3 milhões de CVE, a União Europeia com 45,7 milhões de CVE, o F.A.O com 41,3 milhões de CVE, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento com 33,7 milhões de CVE, as Nações Unidas com 20,4 milhões de CVE, a F.I.D.A com 20,2 milhões de CVE, a O.M.S com 18,0 milhões de CVE e Nama Facility-Giz com 13,3 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam, a 1.282,6 milhões de CVE, equivalente a 64,6% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 14 programas, com destaque para os seguintes projetos: “Terminal de Cruzeiros” (525,4 milhões de CVE), “Poser - Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais III Fase” (101,3 milhões de CVE), “Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia em CV Em 6 Ilhas” (96,4 milhões de CVE), “Implementação de Rendimento Social de Inclusão” (89,7 milhões de CVE), “Harmonização e Melhoria das Estatísticas

na África Ocidental” (83,1 milhões de CVE), “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (65,4 milhões de CVE), “Preparação e Resposta a Covid-19” (51,7 milhões de CVE), “Gestão das Privatizações das SOE” (46,2 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Junho	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	28 400	70,1	93,5
Tesouro (Rec. Int.)	64 490	28 160	43,7	99,2
OFN	907	240	26,5	0,8
Externo	12 615	1 984	15,7	6,5
Donativo	4 692	666	14,2	33,6
Empréstimo	7 834	1 283	16,4	64,6
Ajuda alimentar	88	35	39,7	1,8
Total da Despesa	78 012	30 383	38,9	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 30 de junho de 2023, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 293.530,9 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 91.314,2 milhões de CVE (34,2% do PIB) e à dívida externa 202.216,7 milhões de CVE (75,7% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 109,9%, cerca de 11,7 p.p. abaixo do registado em junho de 2022.

Quadro 5 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	junho 22	junho 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	293 475,5	293 530,9	0,0	121,5	109,9
Dívida Interna	90 866,6	91 314,2	0,5	37,6	34,2
Dívida Externa	202 608,9	202 216,7	-0,2	83,9	75,7

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebasing* do PIB.